

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	7
Capítulo 1 Uma Ideia de Estado Fiscal e Seus Vetores	
Hermenêuticos	11
1.1 Uma hermenêutica da justiça fiscal em John Rawls: o equilíbrio reflexivo de interesses conflitantes	11
1.2 O Estado Fiscal: preço da liberdade, dimensão da propriedade e equilíbrio na tributação	19
1.3 O dever fundamental de pagar tributos como consectário do Estado Fiscal.....	34
1.4 Hermenêutica constitucional e o método tópico-problemático para uma nova abordagem das sanções políticas.....	46
1.5 Os vetores hermenêuticos para “uma” solução proporcional da problemática	52
Capítulo 2 O Princípio da Proporcionalidade e as Sanções Político-Tributárias	55
2.1 Do histórico e do direito comparado.....	58
2.2 O Devido Processo Legal como fundamento da Proporcionalidade	62
2.3 Valores, princípios e proporcionalidade.....	67
2.4 Proporcionalidade como vedação de excesso e de proteção deficiente	73
2.5 A proporcionalidade à luz de Robert Alexy.....	78
2.6 Sanções político-tributárias na jurisprudência do STF	84
2.6.1 Simples Nacional	88

2.6.2 Protesto de CDA.....	89
2.6.3 Inscrição no CADIN	90
2.6.4 AC nº 1657 e RE 550769 (O caso American Virginia)	91
2.6.5 ADI nº 3.952 e o questionamento do regime especial de cigarros	95
Capítulo 3 Art. 146-A da Constituição: os Regimes Especiais de Tributação, Fiscalização e Cobrança e as Sanções Políticas	97
3.1 Interseções entre o direito tributário e a economia	100
3.2 A Hermenêutica constitucional e suas ferramentas para o problema do art. 146-A da Constituição como norma pendente de regulamentação.....	104
3.2.1 Da livre concorrência, neutralidade tributária e isonomia e o art. 146 da Constituição	108
3.2.2 O art. 146-A consiste em norma declarativa.....	109
3.2.3 O art. 146-A como norma de competência legislativa.....	110
3.2.4 Art. 146-A versus §4º do art. 173 (Lei do CADE). Distinções	112
3.2.5 O art.146-A como vetor axiológico	115
3.3 A regulamentação do art. 146-A da Constituição: os regimes especiais de tributação, fiscalização e cobrança	117
3.4 Proporcionalidade e razoabilidade na aplicação do art. 146-A.....	129
3.5 Das conclusões parciais	134
Conclusão	137
Referências	153
Anexos	165